

## Editorial

A conciliação entre desenvolvimento e conservação ambiental inspira o debate acadêmico e político mundial, ganhando força desde os esforços pioneiros protagonizados por pensadores e cientistas, com a participação de representações da sociedade civil, que culminaram com a primeira conferência de Estocolmo, em 1972. A Declaração da Conferência proclamou a necessidade de governos e povos unirem em “esforços para preservar e melhorar o meio ambiente humano em benefício do homem e de sua posteridade”, levando-nos a uma reflexão fundamental: estaria o meio ambiente humano dissociado do meio ambiente natural? Estaria o ser humano assim inexoravelmente se colocando a parte da Natureza, como se dela estivesse separado? Na mesma ocasião, o “desenvolvimento a qualquer custo” parecia ser uma opção para países periféricos, e a fala oficial do governo brasileiro praticamente consistia num “convite para poluir”, que resultou em degradação ambiental intensa associada aos empreendimentos industriais, altamente poluidores, implementados no Sudeste do país, notadamente em Cubatão, cidade que se tornou um contraexemplo emblemático de um modelo predatório desenvolvimento, considerado pela mídia de Vale da Morte durante as décadas de 70 e 80 devido aos graves problemas ambientais. Contudo, a evolução da consciência ambiental dos atores sociais e da classe política impulsionou o governo do Estado de São Paulo a estabelecer um programa de Controle de Poluição de Cubatão e a criar a Comissão Especial da Serra do Mar, responsável pela articulação dos setores públicos e privados, com expressiva participação de técnicos e lideranças locais. A mudança no quadro de poluição ambiental foi coordenada pela Cetesb, com o apoio das indústrias e da comunidade local. Nesse contexto, é inegável o avanço nas posturas dos gestores e representantes dos governos diversos na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92, que aconteceu no Rio de Janeiro, com a participação expressiva da sociedade civil.

Na “Cúpula da Terra” foi desvelada a responsabilidade dos países ditos ricos pelos danos ambientais de grande magnitude. Em seus princípios, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável considerou a proteção ambiental parte integrante do processo de desenvolvimento, ressaltando também o papel fundamental das populações tradicionais e comunidades locais no gerenciamento ambiental. Vinte anos se passaram, e enquanto as correntes hegemônicas que movimentam a roda da globalização capitalista reinventam e ressignificam os conceitos de desenvolvimento, de forma a garantir a manutenção dos padrões de consumo que mantêm estruturas socioeconômicas de uso e apropriação da Natureza, entendida como

“recurso natural” para uso e benefício do homem, as representações sociais dos atores que emprestam sua força de trabalho para o “girar da roda”, dissociadas da Cúpula da Terra, se organizam em outra Cúpula, a dos Povos, de forma a construir coletivamente diretrizes e propostas de alternativas de desenvolvimento, baseadas no reconhecimento da interdependência de todas as formas de vida, cujo valor, incomensurável, é independente de sua utilidade para os seres humanos.

Em consonância com o intenso debate em âmbitos nacional e internacional, que repensa o desenvolvimento baseado em princípios de sustentabilidade, para além do tripé ambiente-economia-sociedade, conhecido no mundo empresarial como “triple-bottom-line”, incorporando à temática “sociedades sustentáveis” outras dimensões, de forma a garantir a solidariedade com as gerações presentes e futuras, o Ministério da Educação, por intermédio da CAPES, criou uma nova Área de Conhecimento, a das Ciências Ambientais, cujos problemas de pesquisa são inerentes às atividades humanas no planeta, e não respeitam as competências acadêmicas específicas, tão pouco fronteiras geográficas, políticas ou mesmo econômicas. Pensar a questão ambiental em termos amplos, de forma a gerar soluções que respeitem a vida e as liberdades individuais e coletivas das populações humanas e não humanas requer novas práticas interdisciplinares de abordagem a um “objeto de estudo” complexo, dinâmico e até certo ponto misterioso: o ambiente real! O desafio é grande, e nesse sentido, também acreditamos serem necessários diversos olhares para a construção de uma nova abordagem que consiga integrar saberes, quer sejam eles técnicos, acadêmicos ou populares, tornando possíveis construções inovadoras, partindo de profissionais que consigam integrar conhecimentos de processos de gestão, proteção ambiental e conservação das comunidades. Nas palavras do documento de área da CAPES, há necessidade de formação de pesquisadores que possam “colocar o país em posição destacada no campo de materiais, energia renovável, fármacos, produtos e metodologias verdes [...] e que sejam capazes de criar sistemas de produção menos impactantes que os atuais, permitindo melhor uso e gestão do solo, dos recursos hídricos, e dos demais recursos ambientais”. Com este propósito, o de propiciar múltiplos olhares sobre a questão ambiental, que o Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego foi concebido. Com os trabalhos publicados, contemplando vertentes que passem desde a proposição de políticas públicas para conservação das águas e da biodiversidade à mediação de conflitos ambientais, até o emprego de ferramentas tecnológicas para avaliação ambiental e revisões teórico-conceituais, o Boletim objetiva colaborar com a divulgação de estudos que possam nortear intervenções na realidade, em prol das sociedades sustentáveis nos níveis regional, nacional e internacional, e simultaneamente apontar pontos que precisam ser aprimorados nos processos de gestão ambiental pública e empresarial. Estamos de olho!